Presidente do STF, Ministro Edson Fachin, ressalta que a justiça deve ficar com os temas do direito

O Ministro Edson Fachin assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal após uma década de atuação na Corte, período em que consolidou a imagem de magistrado discreto, porém responsável por votos que se tornaram referências na jurisprudência contemporânea brasileira.

Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como uma das vozes mais consistentes em temas de elevada relevância jurídica e social, pautando sua atuação pela defesa da democracia, dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

Nascido em 8 de fevereiro de 1958, em Rondinha (RS), é professor titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná, instituição na qual se graduou em Direito. Mestre e doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou ainda estágio pós-doutoral no Canadá.

Antes de ingressar no Supremo, atuou como advogado e consultor nas áreas de Direito Civil e Direito Internacional, além de integrar relevantes comissões acadêmicas e jurídicas em âmbito nacional.

Indicado ao STF pela então presidente Dilma Rousseff, tomou posse em 16 de junho de 2015. No último biênio, exerceu a vice-presidência da Corte ao lado do Ministro Luís Roberto Barroso.



Votos de repercussão

Caso Lula

Em 2017, após o falecimento do ministro Teori Zavascki, Fachin assumiu a relatoria da Operação Lava Jato. Foi de sua relatoria a decisão que reconheceu a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para processar e julgar as ações penais envolvendo o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Confirmada pelo Plenário da Corte,

a decisão resultou na anulação dos processos contra o atual Presidente da República.

Caso Collor

Em 2023, o ministro relatou o processo em que o ex-presidente Fernando Collor foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em esquema relacionado à BR Distribuidora. A condenação foi mantida em 2024, ocasião em que também foi determinada a execução da pena, posteriormente convertida em prisão domiciliar por razões de saúde.

Igualdade racial

Em 2020, Fachin votou pelo reconhecimento da imprescritibilidade da injúria racial, equiparando-a ao crime de racismo.

Defensor das políticas de ação afirmativa, o ministro também já destacou publicamente a relevância das cotas raciais no país: "Nesse incêndio que é um país que ainda não conseguiu acertar as contas com seu passado escravocrata, a Justiça precisa ficar atenta ao cumprimento das cotas".

ADPF das Favelas

Fachin esteve ainda à frente da chamada "ADPF das Favelas", processo em que apontou falhas estruturais na política de segurança pública e propôs medidas voltadas à redução da letalidade policial.

Na ocasião, reconheceu o "estado de coisas inconstitucional" da política de segurança pública do Rio de Janeiro e defendeu mecanismos de fortalecimento do monitoramento, da transparência e do controle das operações policiais.

O ministro também sustentou a necessidade de metas objetivas para redução da letalidade, reafirmando que a preservação da vida deve orientar a atuação estatal e que a violência policial não pode ser legitimada como política pública.

Experiência na Justiça Eleitoral

Entre fevereiro e agosto de 2022, Fachin presidiu o Tribunal Superior Eleitoral. Em um período marcado pela intensa polarização política, enfatizou o papel central da Justiça Eleitoral na preservação do regime democrático e adotou discurso firme contra ataques às instituições.

"A democracia é e sempre foi inegociável. Nós seremos implacáveis com quem queira retirar a Justiça Eleitoral, retirar o Judiciário do seu lugar central na democracia. Venha de onde vier esse tipo de ataque".

O ministro também ressaltou que não se pode confundir divergência democrática com discursos de intolerância voltados à eliminação do outro do espaço público.

Atuação durante a pandemia

Durante o julgamento sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19, Fachin esclareceu que o STF não suprimiu da União a competência para enfrentar a crise sanitária, em resposta a críticas formuladas pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o ministro, a decisão da Corte apenas reconheceu que o dever de atuação no combate à pandemia é compartilhado entre União, estados e municípios.

Presidência do STF

Ao ser eleito presidente do Supremo, Fachin comparou sua chegada ao comando da Corte ao espírito coletivo que marcou sua trajetória institucional:

"É como uma corrida de revezamento. O bastão agora chegou aqui. Recebo com sentido de missão e com a consciência de um dever a cumprir. Continuaremos buscando fortalecer a colegialidade e a pluralidade, sempre abertos ao diálogo".

Com posicionamentos firmes que influenciaram decisivamente a jurisprudência recente do país, Edson Fachin assume a presidência do STF em um momento particularmente sensível para a democracia brasileira. Sua trajetória, marcada pela defesa das instituições, dos direitos humanos e da ordem constitucional, tende a imprimir à sua gestão um perfil de rigor jurídico, equilíbrio institucional e compromisso democrático.